

Integração dos processos produtivos dentro da Literatura Econômica Contemporânea: a tecnocracia na história das ideias

Integration of Production Process within Literature Economic Contemporany: The Technocracy in Hstory of Ideias

Alexandre de Paula Meirelles¹

Resumo: O presente artigo tem como intenção estabelecer uma conceituação a respeito da tecnocracia dentro da História Contemporânea do Capitalismo utilizando-se das reflexões feitas pelo marxista João Bernardo pretende-se também constituir um parâmetro de historicidade entre os ideólogos que procuraram legitimar a tecnocracia enquanto papel central nos processos de desenvolvimento do capitalismo.

Palavras-chave: Gestores. História das Ideias. João Bernardo. Tecnocracia.

Abstract: This article is intended to establish a concept about the technocracy within the Contemporary History of Capitalism using the reflections made by Marxist João Bernardo is intended to also be a historicity parameter between ideologues who sought to legitimize technocracy as a central role in capitalist development processes.

Keywords: Gestores, History of Ideas, João Bernardo, Technocracy

Introdução

Podemos dizer que os termos *técnica*, *tecnologia*, *techne* entre outros vocabulários ganharam notoriedade e foram potencializados com o advento da tecnocracia nos processos organizacionais da sociedade capitalista contemporânea, são hoje palavras que fazem parte da linguagem de quase todo indivíduo que está direta ou indiretamente ligado aos processos produtivos do sistema capitalista. Todavia, os estudos sobre a tecnocracia no campo das Ciências Humanas em geral tem deixado a desejar quando se engaja no estudo do tema, primeiramente porque não conseguem sistematizar de maneira coerente ou significativa o papel fidedigno que a tecnocracia exerce ou influência no interior dos processos produtivos, ou seja, a tecnocracia é entendida muitas vezes como uma mera ferramenta com uma função diminuta pouco determinante no que se refere principalmente ao poder decisório da organização das empresas, estruturas políticas e sociais. Também é

¹ Mestre em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG), Professor de História Contemporânea na Universidade Estadual de Goiás (UEG)- Unidade Universitária de Iporá. Contato: professorspiga@yahoo.com.br, data de submissão 21/10/2015 e aceite em 30/11/2015.

importante ressaltar que o tecnocrata é principalmente dentro da historiografia marxista confundido ou conceituado como um burguês ou quando muito é entendido como um aliado ou associado menor da burguesia. No que se alude à História, alguns autores como Carlos Estevam Martins em suas obras de 1974² e 1975³ chega a afirmar que a tecnocracia não tem uma tradição histórica na produção de seu campo ideológico, ou seja, que não há uma linearidade ou reconhecimento entre si dos escritores que apresentaram uma visão de mundo tecnocrática ou sistematizaram propostas para a formação de Estados e demais organizações tecnocráticas.

Discordando deste tipo de pensamento abordado no parágrafo anterior que o presente trabalho tem como objetivo primeiramente apresentar uma conceituação eficaz acerca do tema e assim enfatizar o papel da tecnocracia nos processos produtivos. Mais adiante versaremos uma breve discussão que exhibirá ao leitor um pouco das ideias contidas nas obras de alguns autores que se tornaram referência acadêmica e nos estudos de organização do capitalismo e se tornaram referência nos estudos de administração de empresas, economia e legislação nas quais estão presentes não só a influência da tecnocracia bem como uma linearidade na sua forma de pensamento a partir das experiências históricas.

A escolha dos autores em questão deve-se primeiramente pelo seu pioneirismo em discutir os modelos econômicos dentro da contemporaneidade, críticos do liberalismo econômico, buscaram em meio às experiências históricas colocar o liberalismo em cheque, pensando novas formas de organização econômica que trataram de conceituar o Corporativismo. Outra importância fundamental destes autores escolhidos é a sua participação dentro dos governos como Alemanha e Estados Unidos, onde puderam ou tiveram a chance de colocar em prática o seu pensamento, dando forma a política das Grandes Corporações modernas como um capitalismo mais eficiente.

O desenvolvimento do Corporativismo nestes países é marcado por um processo de reorganização econômica com características muito próximas que nos permite pensar em uma *fenomenologia* que evidencia a tecnocracia sob um papel central dentro destes desenvolvimentos capitalistas. O primeiro elemento que podemos destacar é o deslocamento da própria burguesia no papel decisório dos processos produtivos em

² *Tecnocracia e Capitalismo*. São Paulo: Brasiliense.

³ *A Tecnocracia na História*. São Paulo: Alfa Ômega.

detrimento de uma nova classe organizadora do capitalismo, os “Gestores” que também podem ser entendidos como managers, administradores de empresas, ou profissionais que detêm o conhecimento técnico-científico de gestão e produção.

Outro componente que podemos acrescentar é a questão é a mudança do papel jurídico exercido pela propriedade: A ascensão das Grandes Corporações Modernas fomentou um processo de dispersão da sua propriedade por meio da venda de ações e nesta disseminação de ações a propriedade deixava então de ser ativa (de um único dono) para ser passiva (com milhares de proprietários) fazendo com que uma pessoa sozinha não fosse capaz de controlar a empresa tendo que ceder então o poder para os profissionais de conhecimento gerencial e técnico tornando-se apenas um mero especulador do lucro gerado pelas ações. Tal fenômeno permitiu o advento de uma nova tipificação de racionalidade capitalista que colocava em xeque toda a ideologia do liberalismo econômico em meados do século XX, pois a empresa então consegue angariar recursos de maneira independente não dependendo mais da ajuda financeira de bancos e das decisões de seus conselhos se tornando uma empresa gigante favorecendo a existência dos monopólios, pois, acaba por engolir as empresas menores, se tornando praticamente dona do mercado. As empresas grandes não concorrem entre si, há um respeito entre o espaço de mercado entre as Grandes Corporações. Engolindo a pequena empresa, a grande empresa adquire também seu mercado e dessa forma vai sendo formado os monopólios e oligopólios. Para o Estado é muito mais simples regular esses monopólios e também de se estabelecer parcerias onde as Grandes Corporações podem atingir áreas que nem o Estado ou a livre-iniciativa conseguiram.

Presente também enquanto fenômeno do Corporativismo e talvez o mais relevante a ser discutido, são as respostas que os tecnocratas deram para solucionar os problemas referentes aos trabalhadores como greves, revoltas paralizações e a histórica formação histórica dos conselhos operários. Dentro destas soluções está imbuída a fundamentação de um discurso que rejeita o liberalismo econômico e ao mesmo tempo tenta refutar as teses criadas pelo anarquismo e o marxismo fazendo do discurso do Corporativismo um discurso que tenta mascarar a luta de classes, colocando o mesmo como um pacificador das tensões sociais. Podemos dar a esse fenômeno o nome de “*Política do Não Conflito*”.

A partir das indagações apresentadas até o momento, é necessário realizar uma discussão de cunho teórico e metodológico. Portanto escolhemos aqui caminhos que levam em conta a tecnocracia sob um papel central dentro do desenvolvimento do capitalismo

contemporâneo, dessa forma temos na obra de João Bernardo (2009), percepções peculiares sobre o tema. E assim destacaremos a ideia de que o Capitalismo tem como característica a *integração* dos processos produtivos e não a sua diferenciação, ou seja, trabalharemos a ideia de *Capitalismo Integrado*.

Definindo a integração dos processos produtivos: O Campo de Atuação dos tecnocratas.

A obra de João Bernardo *Economia dos Conflitos sociais* (2009) defende a perspectiva de que o capitalismo consiste em uma relação social globalizada no qual sua característica principal é a integração dos processos produtivos. Sob essa característica do capitalismo, evidencia o autor que o modelo proposto por Karl Marx não era suficiente para explicar as mudanças que aconteceram no século XIX:

No modelo econômico empregado por Karl Marx existe uma única empresa, reprodutível quando necessário numa multiplicidade de outras absolutamente similares, de modo que nesta operação de decalque não há lugar para se conceber qualquer relação estruturada entre empresas reciprocamente diferenciadas. É porque assimilou assim as unidades produtivas que Marx pôde particularizá-las e não as apresentar, portanto, num sistema integrado (BERNARDO, 2009, p. 211).

O modelo proposto por João Bernardo leva em consideração o marxismo apresentando novas críticas a leitura do materialismo histórico e a disposição da mais-valia no Capitalismo. Diferente de Marx destaca fervorosamente a questão da integração econômica, dizendo que essa integração pressupõe a diferenciação recíproca dos processos produtivos, com a integração se realizando de forma hierarquizada, onde em uma posição dominante estão os processos de produção que tem o maior número de efeitos tecnológicos em cadeia, isso porque seu produto final “output” serve de produto inicial a um maior número de outros processos. As inovações tecnológicas se propagam por toda a economia e os custos da reorganização da fabricação são muitíssimos menores do que seriam se o aumento geral da produtividade fosse devido à soma da reorganização de cada uma das unidades produtivas particularmente consideradas. A esses processos fundamentais necessários a integração das unidades econômicas no nível da própria atividade produtora, João Bernardo dá o nome de *Condições Gerais de Produção* (CGP).

As CGP não se limitam apenas ao que se denomina de infraestrutura, mas abarca todo o campo tecnológico, as relações sociais de produção se articulam com a realização material. As unidades que não desempenham qualquer função de CGP são denominadas por João Bernardo como Unidades de Produção Particularizadas (UPP), seus produtos finais servem de produtos iniciais a um número reduzido de outros processos e não

desempenham funções básicas nem centrais na propagação dos aumentos da produtividade. João Bernardo ainda diz que em qualquer forma de seus estágios históricos e formas, o capitalismo exige a integração/diversificação, que resulta na integração de CGP e UPP. Para João Bernardo não ocorreu nenhuma evolução de uma fase “mítica” de livre-concorrência, em que todas as unidades produtivas funcionassem numa completa particularização recíproca para uma fase de integração. A integração é característica histórica do capitalismo desde o seu início, pois é ela que faz com que os mecanismos de mais-valia relativa se processem e sejam responsáveis pelo desenvolvimento do modo de produção.

Com esse conceito de integração que João Bernardo (2009) desenvolve um modelo no qual demonstra como se comportam os níveis de poder criando os conceitos de Estado Amplo e Estado Restrito. O Estado ao longo da história para o autor revelou-se como aparelho de poder das classes dominantes que no ponto de vista dos trabalhadores neste Estado também se inclui as empresas. No interior destas empresas o autor considera que os capitalistas são legisladores, superintendem as decisões tomadas e são árbitros das infrações cometidas constituindo outra forma de poder concentrado e absoluto esquecido pelos teóricos clássicos ou até mesmo omitido. Esses capitalistas estão inteiramente ligados à capacidade de organizar o processo produtivo que tem como resultado organizar os trabalhadores impondo-lhes uma disciplina. Essa função de organizar, legislar, policiar, Bernardo (2009) considera como uma multiplicidade de funções de um capitalista dentro de uma empresa na qual ele conceitua de Estado Amplo. Esta forma de poder constitui-se pelos mecanismos de produção da mais-valia, processos que asseguram ao capitalismo e aos capitalistas a continuidade da exploração. Assim o Estado Amplo se define entre os limites da mais-valia absoluta e da mais-valia relativa, no qual a sua história é determinada através destes ciclos, onde o autor considera que as diferenças entre os sistemas de organização das empresas em várias épocas e regiões é a diferença entre os tipos de extorsão da mais-valia. O Estado em seu sentido clássico é chamado por Bernardo (2009) de Estado Restrito, que considera o espaço das relações realizadas estritamente entre capitalistas, o processo de sua organização depende da forma na qual as classes capitalistas estão também organizadas. Pressupondo a integralidade do capitalismo é possível enxergar a existência de uma articulação entre a esfera de poder clássica e a esfera de poder do capitalismo em exercício na forma de empresas, que o autor considera que quanto mais reduzidas às possibilidades de concentração de capital os laços entre os capitalistas serão

minguados. Para Bernardo (2009) existe uma tendência histórica decisiva na articulação entre essas duas formas de poder, que define a conjuntura da integração econômica.

Na fase inicial do capitalismo, a incipiência dos mecanismos da mais-valia relativa levava a que fosse ainda reduzido o grau de integração das unidades de produção. Assim, em comparação com o que veio a ocorrer depois, as empresas encontravam-se reciprocamente particularizadas e, como elas são os elementos originários constitutivos do Estado A (Amplio), tal situação implicava que este tipo de Estado não alcançara uma consistência interna que lhe permitisse funcionar unificadamente. Por isso a superestrutura política correspondente à centralização econômica desenvolvia-se numa instituição exterior a cada empresa propriamente dita, o Estado R (Restrito), que mantinha uma relação direta, quando não mesmo exclusiva com as CGP. Cabiam-lhe então as funções mais importantes na integração e na coordenação econômica global, sendo esta fase em que o Estado R desempenhou o papel principal na constituição das CGP, quer tomando a iniciativa, assegurando a sua execução e carregando-se depois do posterior controle; quer estimulando nesse sentido empresas de propriedade particular e subsidiando os seus investimentos ou, pelo menos, garantindo-os com fundos mantendo normalmente o nível do Estado A, a que pertenciam, entravam em relações de tipo especial com o Estado R, que nelas podia intervir na medida em que fiscalizava em última instância o funcionamento das CGP e controlava-as indiretamente (BERNARDO, 2009, p. 220).

A partir dessa articulação entre Estado Amplio e Estado Restrito são determinados pelos ciclos da mais-valia, o que significa que a partir da luta de classes que se estreitam os laços de colaboração intercapitalistas no sentido de reforçar as instituições centralizadoras, que para o autor existem desde os primórdios do capitalismo, essa articulação é responsável por tornar cada vez menos dispersa a disposição das empresas na integração econômica, ou seja, o Estado Restrito é que na fase inicial se torna responsável em garantir que estas empresas ajustem seu poder, estão sempre em colaboração, que tem seu eixo de continuidade na planificação da economia e do conflito com os trabalhadores surgem às necessidades de maior intervenção no intuito de garantir a longevidade da absorção da mais-valia que passará de seu caráter absoluto para o seu caráter relativo determinando a consistência do Estado Amplio. O grau de consistência do Estado Amplio revela a sua capacidade de funcionar de forma unificada sendo capaz cada vez mais de assumir o papel centralizador. Concluindo, “a superestrutura política evolui no sentido do reforço do Estado A (Amplio) e das suas funções centralizadoras, com a consequente redução da esfera de poder do Estado R (Restrito) e o enfraquecimento de suas instituições” (BERNARDO, 2009).

Dessa forma surge o corporativismo enquanto forma de organização política que é definido pelo autor através de três elementos: o conjunto das instituições que compõem o Estado Restrito, ou seja, os poderes legislativo, judiciário e executivo, as associações de

capitalistas ou qualquer agrupamento de empresas em que prepondera o grande capital e as instituições encarregadas diretamente pela organização da força de trabalho e do mercado de trabalho, ou seja, as administrações das empresas e os sindicatos burocratizados.

No sistema de integração dos processos produtivos explicado por João Bernardo se distinguem no grupo social dos capitalistas a particularização e a integração que define as características de duas classes capitalistas, os “burgueses” e os “Gestores”. A burguesia corresponde ao funcionamento das unidades econômicas enquanto unidades particularizadas já os gestores são definidos em funcionamento das unidades econômicas relacionadas com o processo de globalização. Ambas são classes capitalistas que se apropriam da mais-valia com o poder de controlar e organizar processos de trabalho encontrando-se do mesmo lado no que diz respeito ao antagonismo com a classe trabalhadora. Estabelecem também antagonismo entre si e por isso são definidos como classes distintas. Suas distinções são encontradas pelas diferentes funções que desempenham no capitalismo, pela superestrutura jurídica e ideológica que lhes dizem respeito por suas origens históricas diferentes. A divisão entre as esferas de atuação da burguesia e dos gestores não corresponde à distinção entre as Unidades de Produção Particularizadas e as Condições Gerais de Produção. A primeira historicamente tratou de ser o campo de privilégio da burguesia por ter a característica mais reduzida de integração econômica. As CGP por outro lado acabaram por ser um campo privilegiado dos gestores por conta da característica de estabelecer a inter-relação dos processos produtivos. A hegemonia de cada grupo enquanto detentor de maior poder é explicada pela articulação entre o Estado Amplo e o Estado Restrito (BERNARDO, 2009, p. 271).

O que diferencia a classe da burguesia da classe dos gestores corresponde à diferença entre as suas origens históricas. Os primeiros, foram os que forneceram matérias-primas para trabalhadores em áreas rurais que “com seus próprios instrumentos de produção e a troco de uma forma de salário, convertiam-nas em produto acabado ou semi-acabado, entregue em seguida ao mesmo negociante empregador” (BERNARDO, 2009, p.276), o tempo tratou de conduzir estes a se tornarem os primeiros empresários capitalistas com a mão de obra convertida em força de trabalho do capital criando as bases da grande indústria e da nova tecnologia, transformando consequentemente à sociedade agrária findando os fundamentos da economia pré-capitalista. Já os gestores segundo Bernardo (2009) formaram-se a partir das instituições em que os poderes concentravam-se, como a burocracia de uma corte, ou os funcionários burocráticos do governo de uma

cidade. Estas burocracias proporcionaram o surgimento das primeiras condições gerais de produção (CGP) que permitiram as formas empresariais embrionárias a se converterem em empresas capitalistas de porte maior. Mesmo em vários momentos da história burgueses e gestores trabalhassem em mesmas esferas a origem histórica destas classes não resultou numa convergência, mas sim a processos de desenvolvimento diferentes e com divergência.

Na relação estabelecida com os centros de integração que os gestores se apropriam coletivamente do capital e por isso, são as hierarquias que se definem nessa relação que delimitam o lugar ocupado por eles na repartição da mais-valia que é apropriada de forma global. Geralmente eles são identificados como “assalariados” por não serem detentores da propriedade do capital, porém, a diferença destes para os trabalhadores comuns está contida principalmente nos privilégios que se adquire através da hierarquia por seguros e aposentadorias de montante elevado, ações das empresas recebidas em condições privilegiadas. Juros menores ao se conseguir empréstimos e principalmente os bônus dedicados a eficiência produtiva. Obviamente esse privilégio varia de acordo com os casos, mas tem sentido na medida em que o montante se reduz na escala hierárquica da classe dos gestores. No sistema acionário se define essa melhor forma de apropriação da mais-valia pelos gestores, a partir do momento em que distribuem o lucro aos acionistas destinando a si um considerável montante da mais-valia que gera divergências entre acionistas e os administradores de empresa.

João Bernardo considera que a planificação é desde sempre uma característica de funcionamento do capitalismo ao passo que o individualismo e a livre-concorrência não passa de uma ideologia moral da burguesia. Já a planificação não é um mito, pois corresponde ao funcionamento das instituições integradas e centralizadoras, que os gestores usam como método de amplificação ideológico como se fosse um fenômeno inovador. É nesse ponto que podemos dialogar com o conceito de *tecnocracia*.

Tragtenberg (1980) argumenta que os executivos e dirigentes das grandes corporações, principalmente as estadunidenses, tiveram uma tendência cada vez maior em influenciar os processos decisórios do Estado na perspectiva capitalista. Para o autor, a grande empresa estruturalmente mantém as relações de produção capitalistas, procurando ao mesmo tempo manter sua relativa autonomia frente ao Estado e à sociedade civil, pertencendo aos administradores, gestores ou “managers” harmonizar os interesses dos técnicos dessas grandes empresas agregando-os aos dos acionistas e operários. Considera

ele Adolf Berle Junior um de seus ideólogos principais, que foi responsável por definir o papel das Grandes Corporações mediante a sociedade civil, como um fenômeno que não foi meramente econômico, mas que alterou tanto a teoria quanto a prática das relações do indivíduo com a propriedade privada. Esse comportamento foi primordial transformando o mercado livre em preços administrados. Para outros ideólogos o futuro da corporação seria estatizar-se, para outros ela teria de se manter desta forma, para conservar sua hegemonia nos espaços econômicos.

A separação entre propriedade e controle possibilitou ao manager a continuidade de sua função, a independência do poder de controle em relação à estrutura proprietária criou novas dimensões sociais e políticas. A relação entre proprietários e administradores define-se em que o primeiro não tem relação com a estrutura interna produtiva, restam a estes um papel com direito aos lucros, pois ele cede o controle de sua empresa, sendo seu papel o de mero fornecedor de capital, o controle e a responsabilidade sobre esse capital é restrito aos técnicos especializados. Porém as relações jurídicas conceberam um cenário de grande impasse, não correspondendo ao desenvolvimento socioeconômico dificultando a compreensão da Corporação Moderna. Mesmo com os impasses jurídicos, uma grande contradição política acontece quando procuramos no liberalismo clássico a explicação para o fenômeno da corporação moderna. “Adam Smith atribui à impessoalidade gerencial, a negligência e o desperdício o que não ocorre, pois na realidade a reprodução ampliada do capital se dá por mediação de empresas gerenciadas” (TRAGTENBERG, 1980, p. 9).

Em seu estudo Tragtenberg (1980), destaca o papel intelectual de vários ideólogos das Grandes Corporações dentro do território estadunidense, e destaca certa divisão na realização desta função, Peter Drucker concentrou sua atenção na dinâmica interna da grande empresa, Lloyd Warner preocupou-se com as implicações éticas nos quais as corporações estão envolvidas e Adolf Berle Junior teve preocupação na realização de seus fundamentos legais. A Grande Corporação impõe-se independente do regime socioeconômico, mas não possui uma definição precisa no que se refere ao regime político. A corporação seria uma instituição produtiva permanente, pois o acionista passa e a empresa permanece, e alguns ideólogos defenderem a corporação como “profissão de fê militante,” pregando uma sociedade que aboliu a luta de classes, formula-se uma ideologia que procura explicar essa nova fase do capitalismo cuja função é a licitude do *status quo* como único possível e desejável. Os Estados Unidos seriam os pioneiros de uma nova sociedade onde os pobres inexistem e a filantropia e o paternalismo da Grande Corporação

são fatores dominantes, realizando uma espécie de socialismo dentro do capitalismo, assim estes ideólogos exaltam a grande empresa justificando-se através de suas funções sociais e o seu papel em defesa do interesse público. Sua função social é compatibilizada com a elevação da taxa média de lucro.

A soberania das Grandes Corporações teria de ser definida em emenda constitucional, preservando seu conteúdo privatista, sendo cidadãos os que mantivessem vínculos trabalhistas com ela, e residentes os que mantivessem vínculos comerciais. Ressalta também que a teoria da “empresa-instituição” desenvolveu-se na Alemanha com Walther Rathenau sendo depois adotada pelo nazismo que reconheceu a importância político-social da empresa. O Campo de atuação de Rathenau foi muito vasto, era um técnico e economista que atuou também no campo da filosofia e como político, suas ideias produziram uma teleologia através da observação feita em várias esferas de comportamento do capitalismo e da sociedade.

É notório ressaltar que as ideias de Rathenau tiveram uma boa aceitação por parte dos engenheiros que se tornaram uma das peças chave do regime nazista, sendo estes dos poucos grupos abertos ao diálogo com o mesmo principalmente no advento da República de Weimar. Era consenso da maioria dos engenheiros a legitimação da tecnologia sem sucumbir a racionalidade do iluminismo. Os engenheiros “queriam demonstrar que o avanço tecnológico era compatível com a revolta do nacional-socialismo alemão contra o positivismo” (HERF, 1993). Tendo a tecnologia como missão, pensavam num desenvolvimento industrial patrocinado pelo estado na ausência de uma tradição liberal forte, tanto na economia quanto na política, refletiu nos ideais fundamentais dos engenheiros alemães da década de 1870 a 1930 alegando que a tecnologia emanava dos mais profundos impulsos da *Kultur* alemã, as crises econômicas não se deviam a máquina, mas ao mau uso desta pelos interesses capitalistas privados e os engenheiros tinham um papel fundamental a desempenhar proporcionando a Alemanha, a perícia necessária em uma era de guerra tecnológica.

Os engenheiros alemães se organizavam desde a metade do século XIX em associações nacionais que tiveram um papel fundamental na formulação de uma defesa cultural da tecnologia. Como exemplo a *Verein Deutscher Ingenieure* (Associação dos Engenheiros Alemães) que produziam uma revista mensal intitulada *Technik und Wirtschaft* (Tecnologia e Economia), e por meio dela tentaram avivar a influência política dos engenheiros clamando por uma mão de obra técnica a serviço da comunidade. Mais

destacada ainda era a revista mensal da *Verband Deutscher Diplom-Ingenieure* (União dos Engenheiros Diplomados alemães) que tinha o nome de *Technik und Kultur* (Tecnologia e Cultura), que durante a República de Weimar foi o ponto de reunião dos engenheiros que tentavam apresentar uma missão cultural para a tecnologia.

A partir da discussão apresentada nesta sessão trataremos na sessão seguinte de fazer um breve diálogo no intuito de situar a tecnocracia na História das Ideias da Literatura econômica identificando alguns elementos que foram discutidos nas obras de alguns autores partindo principalmente no que tange a fenomenologia proposta no início destes escritos. Para tanto podemos dizer que é a gama de autores que se apresentam como ideólogos dos *Gestores* e da *Tecnocracia* são muito vastas e não se limita apenas aos autores que aqui apresentaremos. De maneira breve dentro deste artigo trataremos de fazer pequenas análises que comprovam que o campo da tecnocracia tem além de um papel fundamental dentro do capitalismo, estabeleceu um regime de historicidade dentro de seu pensamento.

A Tecnocracia no campo das ideias: para pensar um parâmetro de historicidade

Martins (1975) considera que tecnocracia é uma expressão que pode ser usada para denotar fenômenos de distinta natureza. Em princípio ela pode ser o nome com o qual é designado um modo de produção, um regime político, uma força sociopolítica concreta ou até mesmo se tratar de uma ideologia. Em seus estudos sobre a tecnocracia ele também considera que:

A rigor, o pensamento tecnocrático não tem história. Nessa corrente de ideias os sucessores não costumam revelar qualquer consciência da obra de seus antecessores e, portanto, não elaboram materiais legados por uma tradição intelectual previamente estabelecida, ao contrário do que é notório em outras correntes do pensamento político como o liberalismo, socialismo, fascismo etc. (MARTINS, 1975, p. 17).

Todavia cabe a nós discordar dessa última afirmação, é evidente que existem dificuldades para que os ideólogos do pensamento tecnocrático se reconheçam entre si, porém existem fatores na história que hoje podem ser considerados para desmistificar essa ideia. Partindo da discussão realizada acerca das engenharias, poder e tecnologia, é importante reconhecermos aqui o trabalho de Thorstein Veblen (1857-1929), é nele que se tem o reconhecimento mais clássico do que se entende por tecnocracia. As manifestações do pensamento tecnocrático segundo Martins (1975) se mostram inquestionáveis e autoritárias por um lado e macias e imperceptíveis por outro. Na visão tecnocrática o

mundo não se encontra estruturado em termos de forças sociais que tem interesses objetivos conflitantes, e que lutam entre si para manter ou transformar o quadro histórico que define as posições dos diversos autores e as regras do jogo político. Ressalta o autor que na visão de mundo tecnocrática, os conflitos de classes existem antes, mas não depois de instaurada a ordem tecnocrática. É um autoritarismo que passa despercebido.

A relação que entendemos aqui entre *Capitalismo Integrado* e *tecnocracia* consiste em que o primeiro incide na discussão das formas estruturais das características de integração do capitalismo, já o segundo conceito entendemos por ser o conjunto de ideias que definem a atuação dos tecnocratas, ou seja, os personagens que realizam essa integração, tal ideia é muito similar ao conceito de “Gestores” de João Bernardo.

Veblen tem sua contribuição nesse processo ao teorizar a importância do poder dos engenheiros enquanto organizadores do sistema capitalista. Em sua teoria ele destaca duas etapas específicas para a compreensão desse processo, a primeira fase teria se estendido desde a Revolução Industrial até meados do século XIX na Inglaterra, período em que o capitalismo é caracterizado pela sua expansão e que segundo ele esse cenário econômico era dominado pelo “Capitão da Indústria”. Nesses primeiros tempos o complexo industrial não havia ainda para Veblen a linguagem de um verdadeiro sistema mecânico devido ao tamanho pequeno das unidades produtivas não permitiam que o conjunto dos processos industriais chegassem a formar um mecanismo rigoroso e delicado, cujas partes interdependentes só podem funcionar mediante a um alto grau de ajustamento recíproco de coordenação global. Tratava-se de uma economia de características manuais e não mecânicas relacionadas primeiramente com a ferramenta e não com a máquina, dando ênfase as habilidades artesanais e a intuição criadora do que para os processos automáticos e o pensamento sistemático.

O “capitão da indústria” era um fruto desse contexto específico, caracterizado por possuir as virtudes requeridas pela natureza do sistema, sendo o capitão da indústria o motor de sua expansão responsável por fazer a economia transitar para uma nova ordem industrial, eram uma mistura de homens de negócios e técnicos industriais. Veblen ressalta que a simbologia desse período está nos empresários ingleses que tiveram o esforço de arquitetar os fundamentos do parque industrial moderno e descobrir novos produtos, novas fontes energéticas e processos mais eficientes de produção e técnicas mais racionais de administração e organização do trabalho.

A segunda etapa do desenvolvimento capitalista para Veblen acontece com o advento de uma nova ordem industrial, que em termos de estrutura constitui o que ele chama de “sistema mecânico”, sistema que é responsável por destituir o capitão da indústria. Para Veblen tratava-se de uma organização tecnicamente auto equilibrada em que recursos energéticos, matérias primas, equipamentos e métodos produtivos combinam-se entre si. É um sistema dotado de um imenso potencial produtivo em vocação especial para a produção em grande escala de bens de serviços organizados. As características de infraestrutura econômica são colocadas por Veblen como fator determinante da posição e das funções que devem ser atribuídas aos técnicos na sociedade, por que para ele a indústria de tipo moderno seria altamente produtiva contando que fossem atendidas as condições necessárias para o seu funcionamento. Tais condições se encontravam através de um caráter técnico que se tornava mais exigente com a evolução dos saberes da indústria. Dessa forma ele justifica a atuação dos técnicos que eram detentores do manejo da tecnologia.

Para Veblen a divisão do poder entre a burguesia e os técnicos é a essência e o mal da situação existente, pois sistema mecânico necessitava de um complemento que se daria através de um sistema tecnocrático irrestrito, ou seja, para um melhor funcionamento desse sistema era necessário que os especialistas tecnológicos tivessem autonomia para dispor de recursos disponíveis, no qual essa divisão bicameral de poder tornava-se um obstáculo. A burguesia para ele na medida em que vivia do lucro privado não tinha outra escolha senão tomar o lado da máxima renda capitalista em prejuízo da máxima produção industrial, situando-se em contraposição às forças dinâmicas da sociedade que favorecem o progresso, a eficiência e a elevação do nível de bem estar material e cultural da coletividade. Em função da renda capitalista a produção seria criminosamente sabotada sendo esta classe dominante um parasita do sistema industrial.

A partir dessa indagação Veblen considera dois pontos cruciais para uma possível coalizão revolucionária que resulte no estabelecimento de um regime tecnocrático: O primeiro ponto trata-se da junção entre o proletariado e o contingente técnico-científico, pois é entre técnicos e a força operária que para ele estão o poder real da produtividade industrial, estes são indispensáveis, um não funcionaria sem o outro. Mas em sua segunda indagação importante Veblen não enxerga o proletariado enquanto detentor de uma posição hegemônica cabendo a este um papel secundário.

Veblen também assumia um problema de seu tempo, considerava que apenas recentemente os tecnólogos começavam a se sentir incomodados a respeito de sua classe, adquirindo uma consciência tardia de que formavam uma estrutura indispensável no funcionamento industrial, essa consciência de classe se encontrava confusa com o envolvimento da gestão da indústria junto aos interesses financeiros. Evidencia que os tecnólogos são adestrados para manifestar lealdade aos princípios da ordem constituída, concluindo que só o saber especializado não faz de ninguém um sujeito autoconsciente e autônomo.

O New Deal é a experiência histórica que tratou de cristalizar as relações entre intelectuais da tecnocracia, reuniu em torno do Presidente Roosevelt inúmeros intelectuais, economistas e demais profissionais como Adolf Berle, Gardiner Means e John Keneth Galbraith (1908-2006) que a priori se estabeleceram sob uma forma de atuação prática no governo e posteriormente se destacaram por inaugurar a tradição intelectual da “empresa instituição”. Essa nova tradição que surge com estes intelectuais tratou não só de reconhecer os trabalhos do próprio grupo, isso não apenas em bibliografias e notas de rodapé, como tratou também de dialogar no cerne de suas obras com o quadro conceitual elaborado por cada um como também se esforçaram em identificar os conceitos de capitalismo integrado que já haviam sido desenvolvidos por intelectuais como Walther Rathenau, Max Weber, Carl Weihe e Thorstein Veblen. Essa experiência tratou de identifica-los como um grupo de intelectuais que se esforçaram em dar sentido a aspectos da administração de empresas e a sua relação com as forças econômicas estaduais. Uma prova desse trabalho é especular que a obra de Berle após o New Deal ganha novas aspirações em relação à importância do conhecimento técnico e da tecnologia. Esse é um dos temas centrais inclusos na obra de Galbraith.

Como Berle, Galbraith também parte da experiência do New Deal para afirmar que o capitalismo estava morto, o poder já havia se estabelecido nas mãos dos técnicos que fazia da sociedade estadunidense uma típica sociedade tecnocrática. Para ele a tecnocracia não reconhece fronteiras que separam os regimes socioeconômicos, onde quer que se estabeleçam os parâmetros que levam em conta a tecnologia é só uma questão de tempo para que se estabeleça o regime tecnocrático.

Galbraith em sua obra “*O Novo Estado industrial*” lançado pela primeira vez em 1967 partia do pressuposto de que o progresso tecnológico experimentado durante o século XX provocou efeitos decisivos na organização da vida econômica e política que tem como

resultado uma revolução tecnológica. O curso da tecnologia exigiu critérios de eficiência e planejamento, na média em que aumentou a sua produção aliado a expectativa do consumidor, o investimento para que um futuro produto obtivesse sucesso sem causar prejuízos necessitou de um conhecimento não só para prever os riscos, mas para organizar as etapas dos processos da produção.

A necessidade de recorrer às informações de inúmeros indivíduos e avaliá-las na tomada de decisões nas indústrias modernas tem três pontos de origem principais. Primeiro, ela deriva das exigências tecnológicas da indústria moderna. Não que estas sejam sempre desordenadamente sofisticadas; um homem moderadamente genial poderia, o que é bem concebível, prover-se do conhecimento de vários ramos da metalurgia, química, engenharia, agenciamento, gerencia de produção, controle de qualidade, relações trabalhistas, estilização e marketing, que se acham envolvidos no desenvolvimento de um automóvel moderno. Mas mesmo um homem moderadamente genial é um suprimento imprevisível, e manter-se a par de todos esses ramos da ciência, da engenharia e da arte seria um consumo excessivo até mesmo para um gênio. A solução elementar, que permite utilizar talentos muito mais comuns e com muito mais previsibilidade quanto aos resultados está em homens que sejam devidamente qualificados ou dotado de experiência em cada área limitada dos conhecimentos ou ofícios especializados. Suas informações são então reunidas para se executar o projeto e a produção do veículo (GALBRAITH, 1985, p. 58).

Para Galbraith (1985), a união de talentos especializados era derivada da tecnologia adiantada, do uso associado de capital, e da necessidade resultante de planejamento, com o controle dos fatores externos, sendo o mercado um “inimigo oculto”.

Pois a complexidade entra com o planejamento e é endêmica nele. O fabricante de mísseis, veículos espaciais ou aviões militares- exemplos extremos- deve prever as necessidades de fábrica e mão-de-obra especializadas, materiais exóticos e componentes intrincados e tomar providências para garantir sua disponibilidade quando deles necessitar. Para obter esses elementos conforme vimos, o mercado é inseguro ou ineficaz. E não há mercado aberto para o produto acabado. Neste caso tudo depende do cuidado e habilidade com que se procuram e preparam os contratos em Washington, Whitehall, Paris ou Teerã (GALBRAITH, 1985, p. 59).

Galbraith tem como ponto incisivo de sua obra estabelecer conclusões diretamente tecnocráticas. Para ele o processo inevitável da tecnologia fez com que os técnicos assumissem o controle das posições de comando efetivo, onde os antigos dirigentes eram reservados cargos meramente honoríficos que continuaram existindo na hierarquia formal das organizações, a hierarquia de cargos de direção das empresas não mais tinha uma função central, pois o poder dos técnicos estava muito acima deles no fator de produção das empresas, pois os dirigentes só poderiam deliberar a partir das conclusões que os técnicos estabeleciam entre si. No plano da sociedade o poder seria igualmente transferido de seus antigos detentores, os burgueses, para as “novas elites técnico-científicas”. Aqui encontramos uma diferença entre o aspecto ideológico de Galbraith em relação ao modelo

de Adolf Berle e James Burnham. Este último é autor da obra “*The Managerial Revolution*” (A Revolução Gerencial) de 1942, nela defende teses muito parecidas com a de João Bernardo, onde sustenta que o sistema capitalista dos Estados Unidos havia sido superado pelos Gerentes.

Segundo as teses de Galbraith os Estados Unidos já teriam superado o capitalismo em duas oportunidades, a primeira através dos gerentes e a segunda através dos tecnólogos. Os técnicos de Galbraith não são os mesmos gerentes de Burnham, este último tratou de distinguir o papel que cada um desempenha de acordo com a sua função no processo produtivo. Os técnicos são aqueles que têm um treinamento específico em ciências exatas ou engenharia. Os gerentes estão relacionados às tarefas de direção técnica e coordenação do processo de produção, que também é uma função altamente especializada, requer familiaridade com as ciências exatas e as engenharias, mas ressalta Burnham que foi um erro de Veblen confundir essa função de direção e coordenação com o trabalho científico e de engenharia. Os engenheiros e cientistas seriam apenas trabalhadores altamente qualificados que não diferem em natureza com trabalhadores com aptidões para fazer um instrumento de precisão ou operar um mecanismo engenhoso.

O suposto exagero de Galbraith é explicado pela inserção dos esforços de Max Weber (1864-1920) na teoria da administração de empresas e governamental. Essas ideias consistem em dar um valor significativo ao idealismo estudado por Weber como determinante nos processos sociais e produtivos, com a ideia de reforçar a rejeição as teorias advindas do marxismo como a luta de classes e reforçar o a tecnologia como um importante fator estratégico de produção. Os estudos de Weber a respeito da burocracia dão um novo fôlego aos princípios tecnológicos desenvolvendo a ideia de “racionalização” que reforçam o sentido ideológico da tecnocracia, ideia que é defendida por Bresser Pereira (1981, p. 28).

Além disso, Marx não levou em conta que, historicamente, jamais a classe dominada transformou-se na classe dominante no sistema econômico subsequente. Em outras palavras a luta de classes “interna” ao sistema não chega a ser revolucionária. Os escravos não se tornaram senhores depois do feudalismo, muito menos os servos tornaram-se os empresários do sistema capitalista. Seria, portanto, estranho que os operários do sistema capitalista se tornassem o grupo dominante do sistema econômico imediatamente posterior. O novo grupo dominante surge em geral do grupo dominado. Mas surge como um grupo à parte, que conseguiu diferenciar-se da classe dominada e aos poucos foi assumindo o controle do novo fator estratégico de produção que o desenvolvimento tecnológico estava no momento determinado.

Weber estudou a burocracia porque via na sua expansão no sistema social o maior perigo ao homem, seus esforços são para criar mecanismos de defesa ante a burocracia. Para Weber a burocracia é um tipo de poder equivalente à organização. É um sistema racional que implica predomínio do formalismo, de existência de normas escritas, estruturas hierárquicas, divisão horizontal e vertical do trabalho e a impessoalidade no recrutamento de quadros. A administração burocrática para Weber apresenta como fator dominante a especialização, de se constituir enquanto profissão, a fidelidade impessoal ao cargo e a remuneração em dinheiro. A burocracia é um fator social dominante à medida que a indústria for gerida de forma burocrática. Weber mostra que o condicionamento técnico da ação burocrática favorece a concentração dos meios de administração na mão da burocracia empresarial. Ressalta Weber que o processo de burocratização e desenvolvimento dos meios técnicos resulta na “falência” do fator político. O burocrata para Weber pode ser um excelente funcionário, mas será um péssimo estadista.

A mais importante de todas [as questões], resulta da consideração daquilo que a burocracia como tal não realiza, pois é fácil constatar que a sua capacidade, tanto na área da organização pública, política-estatal, quanto na economia privada, tem firmes limites internos. O espírito dirigente – o “empresário” aqui e o “político” ali – é algo distinto do funcionário. Não necessariamente pela forma, mas pela essência. Também o empresário tem seu lugar no “escritório”. Do mesmo modo, o general. Este é um oficial, e formalmente não se distingue, portanto, dos outros oficiais. E se o diretor-geral de uma grande empresa é funcionário contratado de uma sociedade anônima, sua situação jurídica não se distingue, em princípio, daquela dos outros funcionários. E a situação é a mesma na área da vida estatal, com o político dirigente. O ministro dirigente é formalmente um funcionário público assalariado, com direito a uma pensão. A circunstância de que, segundo todas as constituições do mundo, pode ser demitido ou pedir demissão a cada momento distingue externamente sua posição de serviço daquela maioria dos funcionários, mas não de todos. Muito mais saliente é o fato de que dele, e somente dele, não se exige nenhuma qualificação específica em sua área, como é o caso dos demais funcionários. Isto indica que, segundo o sentido de sua posição, ele é algo distinto dos outros funcionários, do mesmo modo que o empresário e o diretor-geral na economia privada. Ou melhor: que se espera dele algo diferente. E de fato é assim. Quando uma figura dirigente é um “funcionário” segundo o espírito de sua direção, mesmo um funcionário muito competente -, alguém, portanto, que está acostumado a realizar seu trabalho de acordo com os regulamentos e a ordem dada, cumprindo honestamente seus deveres – então não presta para ocupar uma posição à cabeça de uma empresa da economia privada, nem à cabeça de um Estado (WEBER, 1999, p.542-543.).

O pessimismo de Weber em relação a burocracia é invertido como um fator positivo na intenção de eliminar o conceito marxista da luta de classes, é nesse sentido que Peter Drucker (1909-2005) pensa através do idealismo weberiano a emergência de uma “Sociedade das organizações”, identificando-a como um processo que deu sequência à técnica e a tecnologia como fatores estratégicos de produtividade dentro da Revolução

Industrial. Sua obra “*Sociedade Pós-Capitalista*” se revela como um interessante sintetizador tanto das questões weberianas desponha em seu caráter ideológico a consciência de seus predecessores, o que nos chama atenção para colocá-la em análise.

Admite Drucker (1997) que a sociedade “pós-capitalista” não foi o resultado de um processo radical, mas sim um processo de continuidade das etapas da “Revolução Industrial”, no qual o desenvolvimento tecnológico ganhou cada vez mais importância nos processos produtivos e de organização social, o capitalismo passou por uma “revolução da produtividade” no qual o conhecimento passou a ser aplicado em trabalho transformando o proletário em classe média e o conhecimento passou a ser um importante fator dentro da produção.

Segundo o autor, esta transformação foi motivada por uma mudança radical no significado de conhecimento, que deixa de ter uma função privada para adquirir uma função pública. Nos primórdios do capitalismo esse conhecimento foi aplicado a ferramentas, processos e produtos, criando a Revolução Industrial, em sua segunda fase que segundo Drucker (1997) parte de 1880 e culmina com o fim da Segunda Guerra Mundial, o conhecimento tomou outra forma e passou a ser aplicado ao trabalho, resultando em um aumento substantivo da produtividade e com o fim da guerra se inaugura uma fase em que o conhecimento é aplicado ao próprio conhecimento.

Essa ideia não condiz apenas a um desenvolvimento intelectual, mas um desenvolvimento intelectual articulado com a tecnologia aplicada bem como a difusão e aplicação da técnica e a proporção da sua velocidade no advento do sistema capitalista. Para o autor a técnica tem o seu sentido filosófico e a sua aplicação de acordo com as temporalidades, e o seguimento da história tratou de colocar mais sentidos a utilidade da técnica, sendo o progresso do sistema capitalista o grande veículo dessa variação. O ponto crucial para Drucker nesse processo foi a Revolução Industrial, segundo ele as mais antigas mudanças tecnológicas limitavam-se a uma profissão ou uma aplicação.

Foram precisos quase duzentos anos - até o início do século dezesseis - para que a invenção de Bacon (os óculos) tivesse sua segunda aplicação: óculos para corrigir a miopia. O torno de oleiro estava em pleno uso no Mediterrâneo por volta de 1500 A.C.; em todas as casas havia potes de barro para cozinhar e para armazenar água e alimentos. Entretanto o princípio subjacente ao torno de oleiro somente em 1000 A.D. foi aplicado a um trabalho feminino: a fiação (DRUCKER, 1997, p. 5).

Em sua “releitura” da história Drucker (1997) alega que a transformação social provocada pelo capitalismo e pela Revolução industrial levou menos de cem anos para

cruzar toda Europa em 1750, capitalistas e proletários, ainda eram grupos outsiders. Cem anos depois os mesmos se tornaram as classes dinâmicas da Europa ocidental. Esses avanços, transformações e progressos técnicos mediados pela Revolução Industrial têm uma razão chamada por Drucker de “mudança radical no significado de conhecimento” que ocorreu na Europa por volta do século XVIII.

Existem tantas teorias a respeito do que podemos conhecer e como conhecemos quanto existiram metafísicos, de Platão em 400 A.C. a Ludwig Wittgenstein (1889-1951) e Karl Popper (1902-[1994]). Mas desde o tempo de Platão houve somente duas teorias no ocidente e duas teorias no oriente relativas ao significado e a função do conhecimento. O sábio Sócrates, porta-voz de Platão, afirma que a única função do conhecimento é o autoconhecimento: o crescimento intelectual, moral e espiritual da pessoa. Seu mais forte oponente, o brilhante e instruído Protágoras, afirma, entretanto que a finalidade do conhecimento é tornar seu detentor eficaz, capacitando-o a saber o que dizer e como dizê-lo. Para Protágoras, o conhecimento significava lógica, gramática e retórica- que mais tarde se transformou no *trivium*, o núcleo do saber na Idade Média, que ainda contem muito daquilo que chamamos de “educação liberal” ou os alemães chamam de “*Allgemeine Bildung*”. No oriente, as duas teorias eram basicamente as mesmas. Para o confucionista, o conhecimento significava saber o que dizer e como dizê-lo como o caminho para o aperfeiçoamento e o sucesso na Terra. Para o taóista e para o monge Zen, conhecimento significava autoconhecimento e o caminho para o esclarecimento e a sabedoria. Mas embora os dois lados discordassem categoricamente a respeito do significado real do conhecimento, seu acordo era total a respeito do que ele não significava. Ele não significava capacidade para fazer. Não significava utilidade. Utilidade não era conhecimento, mas aptidão- a palavra grega é *techne* (DRUCKER, 1997, p. 9).

Para Drucker (1997) a concentração da técnica e do trabalho no ambiente fabril veio com Frederick Winslow Taylor (1856-1915) que pela primeira vez aplicou o conhecimento ao estudo do trabalho, uma nova etapa que não era ainda realizada pelas escolas de engenharia, e inaugurou a *Revolução da Produtividade*, pois antes o trabalho não havia sido estudado concisamente sendo a única maneira de um trabalhador produzir mais era trabalhando mais horas ou se esforçando cada vez mais, crença compartilhada pelo próprio Marx.

A ideia de Taylor era tornar os trabalhadores mais produtivos, tal ideia não foi tão compreendida em seu tempo fazendo de Taylor um inimigo dos sindicatos e de alguns capitalistas. Diferente dos principais sindicatos dos Estados Unidos, que não tinham nenhuma política efetiva para um aprendizado para o trabalho, Taylor afirmava que o trabalho podia e deveria ser estudado analisado e dividido numa série de movimentos repetitivos simples executados de maneira correta no melhor tempo e ferramentas apropriadas. Uma afronta à política sindical que difamaram Taylor e conseguiram que o

Congresso proibisse qualquer aplicação de “estudo tarefas” em arsenais e estaleiros do governo- tal proibição vigorou até a Segunda Guerra Mundial.

Taylor afirmava também que a autoridade na fábrica não podia ser fundamentada na propriedade, mas apenas baseada no conhecimento superior, em termos atuais ele pensava em uma forma da fábrica ser administrada por uma “gerencia profissional” o que era uma afronta para qualquer capitalista do século dezenove. Drucker demonstra toda a sua pretensão de deslocar as obras de Karl Marx, teorizando que o conhecimento então passa a ser aplicado ao próprio conhecimento, significa fornecer conhecimento para descobrir como o conhecimento que já existe pode ser mais bem aplicado para produzir resultados sociais e econômicos. Essa nova concepção está inteiramente ligada a ideia de gerencia, onde o conhecimento é aplicada de forma sistemática e determinada, produzindo um novo conhecimento e determinando se ele é mesmo necessário através do critério da eficiência. Esta terceira etapa é chamada por Drucker (1997) de “Revolução Gerencial” que também já estaria disseminada por todo o planeta, principalmente nos países onde o comportamento das Grandes Corporações já está avançado.

Drucker (1997) confere a gerência um significado de poder, qual um gerente é responsável pela “aplicação e pelo desempenho do conhecimento”, fazendo do conhecimento um recurso essencial na obtenção de resultados, outros recursos que vão além de terra, mão de obra e capital, gerando assim novas dinâmicas econômicas e sociais criando novas políticas. Essa nova etapa que envolve o conhecimento na verdade tem um significado plural, não generalizado, é informação eficaz em ação fundamentada em resultados. Esse conhecimento precisa ser especializado.

Essa era a razão pela qual a tradição- que começou na antiguidade, mas ainda persiste naquilo que ainda chamamos de “educação liberal” – relegava-o à posição de um *techne*, ou habilidade artesanal. Ela não podia ser aprendida, nem ensinada; nem envolvia qualquer princípio geral. Ela era específica e especializada – experiência ao invés de aprendizado, treinamento ao invés de instrução escolar. Mas hoje não nos referimos a esses conhecimentos especializados como “habilidades artesanais”; falamos de disciplinas. Na história intelectual, esta é uma mudança tão grande quanto qualquer outra já registrada (DRUCKER, 1997, p. 25).

Desenvolvendo sua ideia de gerência inserindo novos paradigmas a leitura da história a intenção de Drucker é dar um valor no que Weber considerou nocivo, nesse sentido ele é capaz de reunir também a tradição intelectual de seus predecessores, a positividade da revolução do conhecimento é reforçada pela importância que uma organização burocrática tem dos inúmeros conhecimentos especializados. A função das

organizações é tornar produtivos os conhecimentos, pois quanto mais especializados forem mais eficazes serão. Os conhecimentos técnicos por si mesmos seriam estéreis e o papel das organizações é torná-los produtivos através de uma unificação de habilidades específicas.

Os melhores radiologistas não são aqueles que mais conhecem a respeito de medicina; são os especialistas que sabem como obter imagens do interior de um corpo através de raios-x, ultrassom, tomografia computadorizada ou ressonância magnética. Os melhores pesquisadores de mercado não são aqueles que mais conhecem a respeito de pesquisa de mercado. Entretanto, nem os radiologistas nem os pesquisadores de mercado obtêm resultados sozinhos; seu trabalho é somente um “insumo”, que não se transforma em resultado a menos que seja juntado ao trabalho de outros especialistas (DRUCKER, 1997, p. 29-30).

Como podemos observar, há de Veblen a Drucker elementos importantes para fundamentar o poder da tecnocracia, com o surgimento de novos meios discursivos que justificam uma nova forma de poder inclusive na visão dos autores que perpassaram pela experiência do New Deal como Galbraith, Berle e Drucker já ressaltam que esta forma de poder já é estabelecida, o controle sobre os meios de produção só tem sentido na eficiência e na técnica dos profissionais especializados. Da mesma forma podemos associar as percepções feitas por Max Weber e Walther Rathenau mesmo que com objetivos diferentes percebem a partir do contexto do Kaiserreich e da República de Weimar uma inevitável mudança perante os padrões liberais para a continuidade do capitalismo, tais padrões que acabaram por serem sintetizados na Alemanha pelo Nazi-Fascismo quando este procura eliminar as formas de organizações liberais:

O fascismo acusa as formas liberais de organização e de representação, em especial o parlamentarismo liberal, de originarem a crise contemporânea. Aqui as posturas antiliberais tomam duas dimensões: de um lado, a ideia de falência do sistema liberal e, de outro, o caráter genericamente desagregador do liberalismo. No primeiro caso, o sistema montado no século XIX, fruto da Revolução Francesa de 1789, não mais daria conta das novas condições de desenvolvimento da sociedade de massas contemporânea, contraditoriamente gerada pela própria Revolução Francesa, e pelo domínio liberal ao longo do século XIX. Nesse caso o fascismo se apresenta como sucessor e único herdeiro de um sistema que não mais possui condições de manter a coesão nacional (SILVA, 200, p. 127-128).

De maneira similar temos nos Estados Unidos a historicidade de uma reflexão antiliberal com Herbert Croly. Segundo Croly (Apud LIMONCIC, 2003) as corporações foram responsáveis por inserir eficiência e racionalidade no âmbito da economia estadunidense, pois surgiram para colocar encostes a concorrência desenfreada de empresas que rivalizavam num mesmo setor, desprezando as pequenas empresas de concepção jeffersoniana que para ele tinham uma contribuição quase nula para a economia em comparação as Grandes Corporações. Reconhecia então os sindicatos como

instrumentos que contribuíam para o aumento da eficácia econômica porque disciplinavam as categorias nas quais eram representantes, porém negava àqueles que tinham uma bandeira de luta classista. Dessa forma defendia a necessidade da construção de grupos de interesse como os sindicatos que mediavam às relações entre o indivíduo, mercado e o Estado, colocando estes como agentes mais importantes que os partidos estadunidenses. Na década de 1920 Croly adquiriu uma admiração pelo corporativismo fascista como um modelo de organização política capaz de superar o individualismo junto ao liberalismo, pois esta doutrina enquanto organização política para ele superava também o socialismo e as ideias e trazia novos valores à questão tecnológica.

Mediante a esta historicidade, podemos afirmar também no caso dos Estados Unidos uma potencialização destas ideias relacionadas ao Corporativismo enquanto medidas que foram aplicadas pelo Presidente Roosevelt quando formulou o New Deal. Vale lembrar que antes da crise de 1929, o país era regido por uma legislação extremamente liberal onde o princípio da *livre-concorrência* era utilizado até as últimas consequências nesse sentido é importante colocar a existência de inúmeras revoltas de trabalhadores insatisfeitos e inúmeras greves com a existência de organizações como o *IWW* e os *Knights of Labor*, fazendo com que a preocupação de Roosevelt não fosse apenas lidar com a crise econômica pela parte de cima mas também pela base. Nesse sentido o corporativismo ganhou não apenas um discurso, mas se tornou uma alternativa institucional positiva quando o presidente aboliu as leis antitrustes e criou as agências que regulavam o trabalho como forma de regular a concorrência entre as Grandes Corporações. Assim, no âmbito discursivo sob um discurso que mascara a existência da mais-valia ganha sentido as palavras de Adolf A. Berle Junior:

O trabalhismo na república econômica americana difere consideravelmente das organizações trabalhistas em outras partes do mundo. Fora dos Estados Unidos, as organizações trabalhistas usam franca e abertamente sua força para fazer greve com fins políticos. Eles podem fazer greve de protesto contra a política governamental (como os sindicatos franceses em relação a certos aspectos da política do Governo francês relativamente à Argélia) ou para evitar que um Governo não desejado assuma o poder. Pouco antes da Segunda Guerra Mundial, os sindicatos franceses foram politicamente manobrados para impedir que o governo Frances fabricasse aviões para sua defesa. Os sindicatos americanos possivelmente tem capacidade material para proceder da mesma forma. Mas o uso do direito de greve para tal fim não foi legitimado pelo Estado político. É contrário ao consenso esmagador da opinião americana, e provavelmente contrário à opinião da maioria dos próprios membros dos sindicatos. Nos centros de poder trabalhista (como

também nos centros de poder empresarial) há forte preconceito contra o uso do poder econômico para obter fins políticos.

Isto se acha parcialmente refletido no dispositivo do National labor Relations Act exigindo que todas as organizações nacionais ou internacionais às quais elas são filiadas, apresentem anualmente declarações juramentadas de que seus dirigentes não são membros do Partido Comunista ou a ele filiados e que não apoiam qualquer organização que pregue a deposição do Governo dos Estados Unidos pela força ou por métodos inconstitucionais (29 USCA 159 (h)). A doutrina comunista, naturalmente, faz uso da organização trabalhista, não para obter melhores salários e condições de trabalho, mas para depor governos que não contam com o apoio ou a simpatia do Partido. Se não cumprir com o dispositivo, que requer declaração juramentada, o sindicato trabalhista perde o direito ao reconhecimento (BERLE, 1968, p.168-169).

Consideramos estes escritos de Berle a tipificação de um discurso que sintetizou e serviu de base para o que chamamos de formulação da “Política do Não-Conflito”, uma peça chave para a concretização da ideologia do Corporativismo e a sua justificação para o campo prático, identificando o autor como um predecessor de Drucker e Galbraith.

Considerações finais

Para concluir precisamos dar nota de que a visão dos defensores das ideias da tecnocracia de se pensar o capitalismo apenas pelo ponto de vista tecnológico deixam inúmeras questões pertinentes, na medida em que é oculto em seu discurso a continuidade de inúmeras tensões sociais, nesse sentido pode ser questionado, por exemplo, a cientificidade da obra de Peter Drucker, Adolf Berle e Rathenau, não em sua totalidade, mas na objetividade do seu discurso. Porém é importante ressaltar novamente que esse tipo de discurso tem uma função ideológica, na medida em que a maioria destes intelectuais tem em sua trajetória a participação institucional nos governos de seus respectivos países, nesse sentido podemos perceber em seu discurso a tentativa de relacionar a política de Grandes Corporações e a sua integração aos Governos, ou seja, são responsáveis pelo discurso que justifica a articulação entre o Estado Amplo e Estado Restrito, conceituados pelo marxista João Bernardo.

Reforça-se aqui em termos de conclusão que dentro do discurso destes ideólogos a existência da hierarquização das funções capitalistas desenvolvidas dentro da política do Corporativismo que tem início no interior das Grandes Corporações e tende a se transplantar também para o meio político-institucional e dentro da mesma a defesa de um discurso através do conhecimento científico que dá ênfase a eficiência e a técnica como meio de justificar a atuação do tecnocrata dentro de ambas as esferas (política e

empresarial) enquanto mais importante e eficaz para o capitalismo, para o proletário e para a política externa.

Nesse sentido a obra de João Bernardo tem uma importante relevância, na medida em que além de identificar estes processos de ascensão da tecnocracia, a sua teoria sobre os “*Gestores*” que identifica uma nova classe capitalista mantém a atualidade de Karl Marx e do marxismo, demonstrando de maneira coerente como há nestes processos a continuidade da exploração, ou seja, da *mais-valia*⁴ sob a sua forma relativa. E graças a esta conceituação que podemos diferenciar os Gestores dos Burgueses, o que proporcionou que nosso trabalho pudesse então estabelecer a proposta de identificar e estabelecer um parâmetro de historicidade entre as ideias da Tecnocracia, colocando-as sob uma realidade material que as fizeram ganhar uma coerência histórica.

Referências

- BERNARDO, J. **Economia dos conflitos sociais**. 2ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- BERNARDO, J. **Estado: a silenciosa multiplicação do poder**. São Paulo: Escrituras Editora, 1998.
- BERLE, A. & MEANS, Gardiner. **A moderna Sociedade Anônima e a Propriedade Privada**. 2ª edição. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- BRESSER, P. **A Sociedade Estatal e a Tecnoburocracia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- COVRE, M. **A Formação e a Ideologia do Administrador de Empresa**. 2ª Edição. Petropolis: Vozes, 1982.
- DRUCKER, P. **A sociedade Pós-Capitalista**. 6ª Edição. São Paulo: Pioneira, 1997.
- ELIAS, N. **Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997
- GALBRAITH, J. **O Novo Estado Industrial**. 3ª Edição. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- GROSSMANN, C & CAHN, A. **Walther Rathenau: a traves de sus obras**. Buenos Aires: Editorial del Instituto Americano de Investigaciones Sociales y Economicas, 1942.
- HERF, J. **O modernismo reacionário: tecnologia, cultura e política na República de Weimar e no Terceiro Reich**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993.
- HOBBSBAWM, E. **Era dos Extremos: O breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LIMONCIC, F. **Os Inventores do New Deal: Estado e Sindicato nos Estados Unidos nos anos de 1930**. Rio de Janeiro: Mimeo, 2003.

⁴ Para um maior aprofundamento sobre esta questão recomendamos a leitura da obra de João Bernardo: *Estado: a silenciosa multiplicação do poder*. São Paulo: Escrituras Editora, 1998.

- LOUREIRO, I. **A Revolução Alemã, 1918-1923**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- MARTINS, C. **A Tecocracia na História**. São Paulo: Alfa Omega, 1975.
- MARTINS, C. **Tecocracia e Capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1974.
- MAY, H; MCMILLEN, N; SELLERS, C. **Uma reavaliação da História dos Estados Unidos: De colônia a Potência Imperial**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- SILVA, F. “Os fascismos”. In.: REIS FILHO, Daniel Arão. **Século XX**. Vol. II: O tempo das crises. Rio De Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.
- TRAGTENBERG, M. **A Falência da Política**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- TRAGTENBERG, M. **Administração Poder e Ideologia**. São Paulo: Moraes, 1980.
- TRAGTENBERG, M. **Burocracia e Ideologia**. São Paulo: Ática, 1974.
- WEBER, M. **Economia e Sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.